



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**No processo do divórcio, qual é o lugar dos filhos? estudo
de caso na cidade de Maputo (2000-2005).**

Autor: Joaquim Miranda Maloa

Supervisora: Profª. Doutora Nair Teles

**Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos
exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na
Universidade Eduardo Mondlane.**

Maputo, Dezembro de 2007

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de sociologia

**No processo do divórcio, qual é o lugar dos filhos? estudo de caso na
cidade de Maputo (2000-2005).**

Joaquim Miranda Maloa

O Júri

O Presidente

A Supervisora

O Oponente

Data ____/____/____

Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentado na sua essência, para obtenção de qualquer grau e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicado no texto e na bibliografia as fontes por mim utilizadas.

Maputo, Dezembro de 2007

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha querida mãe **Carolina Buge** e ao meu querido pai **Miranda Maloa**, que já não fazem parte desta terra, que Deus os tenha. *Adeus ! Até quando? Até onde? Quem sabe? Falo vós em vão, bem sei, Falo vós como o lavrador do tempo, nesta imensa dedicatória*

Dedico também, este trabalho, a estudante do curso de Sociologia **Nery Baptista Xadrequ**, que faleceu em 2006, no 4º ano. *Deixe que eu me lembre os anos que passamos juntos como colegas de turma, tão claros e felizes, apesar de tão difíceis, partiste, levaste contigo o teu saber do curso que tanto adoravas. Adeus! Por todos.....e por mim adeus!*

Agradecimentos

Estou especialmente grato, a minha supervisora, a **Professora Doutora Nair Teles**, pela orientação que me brindou a possibilidade de compreender os minúsculos traços luminosos de uma realidade concreta e enigmática. Tenho a razão de expressar a minha pesada dívida para com as pessoas que constituíram o grupo focal que foram entrevistados durante muitas e longas horas e com grande intensidade. Também exprimo as mais sinceros agradecimentos as pessoas que directamente ou indirectamente deram um apoio moral e espiritual para que esse trabalho torna-se possível.

Quero agradecer aqueles que testemunharam as minhas primeiras leituras Weberiana, **Eugénio, Edgar, Breznévia, Misete, Cândido, Laice, Sousa**, amigos do meu tempo de estudante, do grupo de pesquisa saúde e sociedade e **Hortênsia**, os cúmplices de resistência académica, camarada de prisão solitária nas leituras sociológicas. Esse trabalho não poderia ser concretizado sem confiar no conselho, conhecimento e esforço dos docentes **Professor Doutor Basílio Domingos e Dr. Nipassa**,

Desejo expressar a minha gratidão aos meus irmãos: **Alina, Pik, Fina e Tomé** que me convenceram a concertar neste trabalho. Um agradecimento especial ao **dr Domingos Langa**, cujo *staff* intelectual esteve sempre disponível para as consultas e aconselhamento e por fim, gostaria de agradecer a minha esposa **Etelvina A, Meque**, pela sua incalculável contribuição intelectual e afectiva para este trabalho. Agradeço desde já aos membros da mesa de júri que farão a avaliação deste trabalho.

Epigrafe

Se eu não for por mim mesmo, quem será por mim?

Se eu for apenas por mim que serei eu?

Se não agora quando?

Ditado Tatmúdico

Mishanah, Abot

Todo o conhecimento, por mas empírico que se afigure, de facto, é uma abstracção e construção.

Sedas Nunes

Questão preliminares sobre as ciências sociais,p43

O que a sociologia busca é um acto de percepção tão pura quanto o permite os meios humanamente limitados.

Peter Berger

A sociologia como passatempo individual,p14

O imaginário define o estilo de vida de uma sociedade, o espírito de um povo de uma época.

C. Castoriadis

A instituição imaginaria da sociedade,p220

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa do trabalho de fim do curso em sociologia, cujo o título, é "*No processo do divórcio, qual é o lugar dos filhos? estudo de caso na Cidade de Maputo (2000-2005)*". Objectivo do presente estudo é de apreender, na dinâmica familiar, o lugar dos filhos no processo do divórcio.

O estudo partiu do pressuposto de que o espaço de oportunidade dado aos filhos pelos pais, quando esses decidem divorciarem-se, de expressarem as suas ideias, sentimentos e posição, depende da maneira como os pais os envolvem no divórcio. A idade dos filhos, a maturidade, e a relação que esses têm com os pais, são dimensões que determinam o maior e/ ou o menor grau de envolvimento dos filhos.

Usámos como suporte teórico, para o presente trabalho, a Sociologia Compreensiva de Max Weber. Com vista ao alcance dos objectivos preconizados, realizámos, num primeiro momento, a pesquisa bibliográfica dos autores que debruçaram sobre o tema, que culminou com a elaboração de três eixos temáticos: perfil sócio-cultural, o processo do divórcio, o envolvimento e a vivência dos filhos no processo do divórcio. Para tal fizemos a recolha de dados, através da técnica do grupo focal.

Os resultados da pesquisa são relativos aos indivíduos que compuseram o grupo focal, estamos ciente de que este estudo não esgota a temática, mas chama à atenção para a relação entre pais e filhos antes do divórcio como um dos factores importantes para se compreender "o lugar dos filhos no processo dos pais".

SUMÁRIO

	Páginas
Declaração	i
Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Epígrafe	iv
Resumo	v
 I INTRODUÇÃO.....	 1
Justificação.....	1
1.2. Problema.....	5
Pergunta de partida.....	5
Objectivo geral.....	5
Objectivos específicos.....	5
 CAPÍTULO I.....	 6
1.1 Contextualização.....	6
 CAPÍTULO II.....	 11
Revisão bibliográfica.....	11
 CAPÍTULO III.....	 15
Quadro teórico.....	15
Conceitualização.....	19
 CAPÍTULO IV.....	 24
Metodologia	24

CAPÍTULO V	29
Análise e interpretação dos resultados.....	29
5.1 O perfil sócio-cultural.....	29
5.2 O processo do divórcio.....	34
5.3 O envolvimento e a vivência dos filhos no processo do divórcio.....	38
 CAPÍTULO VI	 43
Considerações finais.....	43
Bibliografia.....	47
Anexo 1.....	50
Anexo 2.....	51
Anexo 3.....	52
Anexo 4.....	53
 GRÁFICOS	
Gráfico 1.....	30
Gráfico 2.....	31
Gráfico 3.....	32
Gráfico 4.....	32
Gráfico 5.....	33

I. Introdução

O presente trabalho, cujo tema é *“No processo do divórcio, qual é o lugar dos filhos? estudo de caso na cidade de Maputo (2000-2005)”*, enquadra-se no curso de Sociologia, como um trabalho de fim de curso, constituído como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Eduardo Mondlane.

A motivação para a escolha do tema prende-se pelo facto de em 2005 ter sido registado um número de setenta e cinco divórcios, de casais com filhos, em três Conservatórias da cidade de Maputo, que foi proporcional aos setenta casamentos realizados.¹ Também, no mesmo ano, registrou-se um aumento de casos do divórcio no Tribunal da cidade de Maputo de 378 casos em relação ao ano de 2004 que foram de 321 casos de divórcio de casais com filhos². Justifica-se também haver poucos estudos a cerca da matéria em questão.

Mostra-se sociologicamente pertinente fazer uma reflexão sobre o “lugar dos filhos no processo do divórcio” porque a sociologia numa forma geral, é uma ciência vocacionada aos estudos sociais. Isto é, ocupa-se entre outros nas questões de interacção dos actores sociais em sociedade, em comunidades e grupos procurando interpretar a realidade na qual se organizam e ocorrem as relações entre os actores sociais no mundo.

Neste raciocínio, a relevância sociológica do estudo sobre “o lugar dos filhos no processo do divórcio” é de que o mesmo é produto de interacção social no espaço privado da família e, assim sendo, este “lugar dos filhos” é fundamentado pela interacção existente entre os membros que a compõem.

¹ MABUNDA, J. O crescimento de casos de divórcio na Cidade de Maputo. in : “Jornal O País”, Edição nº 170, 3 de Março de 2005, pp. 2 e 3.

² TJCM. Relatório sobre o Divórcio (1999 – 2005). 4ª secção, Maputo: TJCM, 2005, pp. 47 e 59.

O que determinou a escolha da dimensão temporal (2000-2005), foi o facto de que o ano de 2000 se caracterizou pela atenção especial, por parte da sociedade civil, dada à proposta da Lei da Família tendo ocorrido uma série de debates e seminários que vieram consolidar ou dar um grande contributo à reflexão sobre o papel dos agregados familiares, e igualmente em termos de direitos e deveres³.

E por outra, escolhemos o ano de 2005, porque segundo as estatísticas de casos de divórcio, houve o registro de 75 casos de divórcios não litigioso de casais com filhos, em três conservatórias da cidade de Maputo, número este proporcional aos 70 casamentos realizados no mesmo período.⁴ Houve também um aumento do número de divórcios litigioso no Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, de 378 casos em relação ao ano de 2004 que foi de 321 casos de divórcios de casais com filhos⁵.

Pretendemos com este trabalho compreender o lugar dos filhos no processo do divórcio, entendendo o lugar dos filhos como um espaço de oportunidade que os filhos têm no referido processo para expressarem as suas ideias, sentimentos, posições em relação ao divórcio dos pais.

O trabalho de campo foi realizado na Universidade Eduardo Mondlane, concretamente na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, onde formamos um grupo focal, constituído por 11 estudantes universitários, dos quais 6 eram filhos de pais divorciados e 5 eram filhos de pais não divorciados, com idades compreendidas entre 18 à 27 anos.

³ Como a COMISSÃO DE REFORMA LEGAL que realizou em de Janeiro à Março uma série de debates e seminários sobre a lei da família. Cf. COMISSÃO DE REFORMA LEGAL. Ante-projecto da lei da família. Janeiro-Março, 2000.

⁴ MABUNDA, J. O crescimento de casos de divórcio na Cidade de Maputo. in: "Jornal O País", Edição nº 170, 3 de Março de 2005, pp. 2 e 3.

⁵ TJCM. Relatório sobre o Divórcio (1999 – 2005). 4ª secção, Maputo: TJCM, 2005, pp. 47 e 59.

A metodologia usada para alcançar os objectivos preconizados, foi então a qualitativa, onde integrávamos à técnica de recolha de dados, a técnica do grupo focal. O propósito foi de reflectir sobre a temática de modo a ampliar a nossa compreensão sobre o divórcio.

Esperamos que este estudo produza resultados que possam ser utilizados para o enriquecimento da discussão teórica sobre a temática do divórcio. Para tal este trabalho está estruturado em 7 capítulos. No primeiro capítulo, a contextualização da trajectória histórica do divórcio, a partir da sua legislação na França em 1792, chegando até a legislação sobre o divórcio em Moçambique no período colonial e pós colonial.

No segundo capítulo, apresentamos a revisão da literatura e a referência a determinados autores que se debruçaram sobre a problemática do divórcio tendo em conta os filhos, tais como: : Gittins (1992), Bourguignon (1985), Wallerstein (1980).

No terceiro capítulo, encontramos o quadro teórico e a conceitualização, que nos orientou na leitura do material empírico. Neste capítulo, demonstraremos a aplicabilidade da teoria seleccionada para a nossa análise, que foi a Sociologia Compreensiva de Max Weber, como também são apresentados os conceitos mais relevantes para a compreensão do estudo, como: casamento, família e o divórcio.

No quarto capítulo, consta a metodologia, que compreendeu a descrição dos materiais, procedimentos, técnicas e métodos utilizados para o estudo, os critérios de selecção do grupo focal e da escolha dos entrevistados. Os passos que percorremos para a elaboração do trabalho que se fundamentou na escolha do método, da técnica de recolha de dados, formação do grupo focal, a recolha de informações no terreno, e da elaboração de eixos temáticos de análise das informações colhidas no campo, com vista a sua análise e interpretação à luz da teoria de Max Weber.

No quinto capítulo, é feita, a apresentação e análise dos dados, que foi efectuada em dois momentos: primeiro, analisamos os dados fornecidos pela pesquisa de campo e no segundo momento, analisámos o material, segundo a perspectiva teórica seleccionada. De salientar que, este segundo exercício de análise e interpretação é uma espécie de confrontação entre a teoria e a prática, e foi realizado na parte concernente às considerações finais, isto é, no sexto capítulo.

Por fim, temos o sétimo capítulo, a apresentação da bibliografia consultada para a elaboração do estudo, guião de grupo focal, termo de livre consentimento, nomes fictícios de estudantes e cursos e trechos do primeiro eixo da sessão do grupo focal.

1.2 O problema

Segundo o relatório do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo (1999-2005), os dados do divórcio de Janeiro de 1999 a Junho 2005, revelaram que cerca de 4133 casos do divórcio foram inscritos oficialmente, dos quais 4043 eram de casais que tinham filhos. O nosso estudo era de reflectir e compreender como é que num processo de divórcio os filhos o vivenciam. A partir daí formulamos a seguinte pergunta de partida: qual é o espaço de oportunidade dado pelos pais aos filhos de se expressarem quando estes decidem se divorciar?

Colocada a questão de partida, destaca-se a seguinte hipótese:

O espaço de oportunidade dado aos filhos pelos pais, quando esses decidem divorciarem-se, de expressarem as suas ideias, sentimentos e posição, depende da maneira como os pais os envolvem no divórcio. A idade dos filhos, a maturidade, e a relação que esses têm com os pais, são dimensões que determinam o maior e/ ou menor grau de envolvimento dos filhos.

1.3 Objectivos

Objectivo geral: Apreender, na dinâmica familiar, o lugar dos filhos no processo do divórcio.

Objectivos específicos:

- Compreender o processo do divórcio;
- Identificar as causas do divórcio;
- Reflectir sobre o envolvimento e a vivência dos filhos no processo do divórcio.

CAPITULO I

1.1 Contextualização

Neste capítulo pretendemos trazer de forma breve a trajetória histórica do divórcio, a partir da sua legislação na França em 1792, até os dias de hoje em Moçambique. Neste percurso destacaremos, como o divórcio foi legislado na França e a sua propagação por alguns países da Europa, como: Reino Unido, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Bélgica, Áustria e Países Baixos. Em seguida, descreveremos o caso específico de Moçambique, desde a aplicação da lei do divórcio no período colonial até 2005. Isto vai-nos permitir compreender como o fenómeno estudado, surgiu, e como o mesmo foi abordado do ponto de vista legal em Moçambique (período colonial e pós colonial).

O divórcio foi introduzido pela primeira vez na França, como lei jurídica (código civil) através da lei de 20 de Setembro de 1792. Isto é, na segunda etapa da revolução Francesa, transformando assim o sacramento eclesiástico do casamento em algo dissolúvel. Isto porque o casamento religioso era conferido como um contrato eterno feito por duas pessoas, perante Deus, o Senhor onipotente, e que não devia ser desrespeitado e dissolvido através do divórcio, pelas leis dos homens a Igreja católica não permitia a dissolução do casamento. Após os casamentos pessoas, deviam permanecer juntas até a morte, mesmo que existissem factores que perturbassem a vida dos cônjuges como: o adultério, os conflitos conjugais, o abandono da mulher pelo marido ou vice-versa. A referida lei veio laicizar o matrimónio e abrir, assim, portas ao divórcio, pois todo o contrato de casamento poderia ser quebrado voluntariamente (Antunes, 1985:45-47).

Desta forma, segundo Sengalene (1999:159), os cônjuges tinham a liberdade de romper os laços do conjugais manifestando o seu *modus dissensus*,⁶ ou seja, as causas que levam a decidir ou optar pelo divórcio, tais como: demência, condenação de um dos cônjuges, incompatibilidade de carácter entre os cônjuges, etc.

⁶ Esta tradução é nossa, *modus dissensus* em latim significa modo de estar, ou seja, a sua vontade.

De 1889 à 1960 os países ocidentais como Reino Unido, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Bélgica, Áustria e Países Baixos, adoptaram esta posição de modo a facilitar o divórcio, os chamados divórcio litigioso e o divórcio por acordo comum⁷. Embora todos esses países adoptassem tanto o divórcio litigioso, quanto o divórcio por acordo, houve algumas variações na regulamentação de ambos os divórcios (Delgado, 1971:120-25).

No Reino Unido (1890), a lei que facilitou a obtenção do divórcio, continha provisões para o divórcio não litigioso como: ser casado há mais de cinco anos e estar de acordo tanto a regulação do poder paternal quanto aos filhos e partilha de bens. Na Suécia (1899), a lei do divórcio, permitia aos cônjuges que indicassem não só o facto praticado pelo seu consorte, mas também dissessem porque é que querem o divórcio (idem).

Moçambique por sua vez herdou o código civil Português de 1962, já que foi colónia portuguesa até 1974. Os dados recolhidos⁸ dão nos conta de que, para o estabelecimento da lei do divórcio em Portugal foi necessário percorrer vários passos.

Um dos primeiros passos foi dado pelo movimento Reivindicativo do Divórcio que teve início no século XIX, movimento esse composto por jovens liberais⁹ que, propugnavam o fim do casamento católico. Segundo este movimento, o casamento religioso impedia a separação e defendiam o casamento laico proposto e defendido pelos iluministas, mas a sua dissolução devia estar ligado a prática de actos que afectam a vida e a saúde física e mental dos cônjuges entre outros.

⁷ “O divórcio litigioso é aquele que é requerido ao tribunal por um dos cônjuges com fundamento de provocar a separação. E o divórcio não litigioso ou por acordo comum, é aquele que é requerido na conservatória do Registo Civil da área de residência dos cônjuges, ele não está carregado de conflitos mas sim da vontade de ambos de se divorciarem” (ABUDO, 2005: 248).

⁸ As leituras dos seguintes artigos nos dão conta de que Moçambique herdou o código Português tais como: MAÚSSE. O anteprojecto da Lei da Família e os Impactos Culturais e Tradicionais. In: Jornal Domingo, nº111, Maputo, 2003 e COMISSÃO DE REFORMA LEGAL. Ante-projecto da lei da família. Janeiro-Março, 2000.

⁹ Jovens que defendiam a liberdade.

Em 1883, foi apresentado um projecto de lei do divórcio pelo deputado Luís de Freitas, à câmara dos deputados, não logrando aprovação, isto porque Portugal era um país monárquico, religioso e conservador que receava as ideias revolucionária adaptadas pelos iluministas, franceses como a ideia do divórcio e outras (Abudo, 1989/90: 9).

Este movimento reivindicativo foi retomado pelo deputado Riboredo Sampaio e Melo, no ano 1909. E em 1910, Luís Mesquita, advogado do Porto fez diversas conferencias sobre o tema, publicado posteriormente, um projecto de lei que veio a ser a fonte da lei do divórcio de 1910, o ano da queda da monarquia. A queda da monarquia foi um dos factores que levou a introdução da lei do divórcio em Portugal, visto que a monarquia tinha ligações com a igreja católica (Abudo, 1989/90:12-4).

Em 1930 foi introduzida uma nova lei do divórcio, por decreto de 3 de Novembro, que continha provisões para o divórcio litigioso em relação aos bens do casal, com indicações precisas do seu valor, bem como a partilha dos bens dos cônjuges. Esta lei foi restringida quando Portugal assinou com o Vaticano, a concordata em 7 de Maio de 1940, depois da década de separação entre a Igreja e o Estado (idem).

A concordata, consagrava, em relação ao matrimónio, que os casamentos católicos não podiam ser dissolvidos por divórcio, isto porque este é um dos sacramentos e assim indissolúvel.

Este dispositivo teve larga aplicação nos tribunais da província de Moçambique¹⁰, podendo apontar, a título de exemplo, em Lourenço Marques¹¹ (1954), quando o governador Gabriel Teixeira decidiu que o casamento canónico constituía um impedimento para o divórcio (Abudo, 1989/90:17).

¹⁰ O Ministério das colónias de Portugal em 1951-1975 passou a designar Moçambique de província de Moçambique, isto devido ao nacionalismo económico de Salazar e as pressões criadas pelos países estrangeiros.

¹¹ Nome da capital de Moçambique antes da independência nacional, actualmente Maputo.

Em 1975 quando Moçambique alcançou a independência, a lei do divórcio sofreu alterações. Isto deveu-se a separação entre o Estado e as Igreja já que o Estado moçambicano, que acabava de se constituir com a independência, era um Estado que não se fundamentava em nenhum princípio religioso¹² ou abstracto para a sua orientação política, mas sim nos princípios baseado nas doutrinas filosóficas Marxista- Leninista.

Ai desde que a acção do divórcio fosse baseada em causas determinadas pela lei (demência, condenação de um dos cônjuges, incompatibilidade de carácter entre os cônjuges, crimes, injúrias de um relativamente ao outro, desregramento dos costumes, abandono da mulher pelo marido ou inverso) durante pelo menos dois anos, o divórcio podia ser aceite pelo tribunal.

Em 1983, o Tribunal Superior de Recursos¹³ da República Popular de Moçambique mandou aplicar no princípio geral do projecto da lei da família a matéria do divórcio litigioso. Este princípio consagrava o seguinte: *os cônjuges devem estar casados há mais de três anos, separados de facto há mais de um ano e que juntem os acordos exigidos por lei, designadamente: acordo sobre o destino da casa, sobre apresentação dos alimentos, sobre o destino dos filhos, etc* (Abudo, 1989/90:120).

Esse projecto da lei da família, estabeleceu o interesse do Estado na defesa e na preservação da sociedade conjugal. Ele reconheceu existência de factores que podem provocar a sua crise e que levam a sua desestabilização fazendo com que a família já não satisfaça as aspirações dos cônjuges nem preencha as funções sociais para as quais deve existir (idem).

Nestas circunstâncias justificá-se a dissolução do casamento por divórcio a ser decretado pelos tribunais após uma análise cuidadosa da situação concreta, onde o juiz do tribunal chama as partes envolvidas, ouve e dá conselhos e se o conselho não lograsse

¹² Segundo MODEL (1976:9), A doutrina Marxista-Leninista, afirma que a religião é o ópio do povo, porque não liberta o povo das opressões do capitalismo, mas sim os alienava com afirmação de que teriam uma recompensa divina no mundo do Deus.

¹³ Hoje a instituição tem o nome de Tribunal Supremo.

efeitos decretava-se assim, o divórcio. Trata-se de um processo que podia levar algum tempo. Isto porque, primeiro o Tribunal decreta o pré divórcio¹⁴ e depois o próprio divórcio.

Em 1992 foi introduzido pelo Estado moçambicano, a forma do divórcio não litigioso, que é aquela que é requerida por ambos os cônjuges, na conservatória da zona residencial e estejam casados há mais de 3 anos, separados de facto há mais de um, e no mínimo tenham 25 anos. Não há necessidade de ser fundamentada ou de se dizer os motivos para provocava o divórcio.

Por fim em 2004 Assembleia da República, aprovou uma nova Lei da Família (24 de Agosto) que foi e promulgada pelo Presidente da Republica em 25 de Agosto do mesmo ano, entrando em vigor em Março de 2005. Esta consagra quanto ao divórcio litigioso, de que este só pode ser fundamentado aos cônjuges que estiverem casados há mais de 3 anos e tenham percorrido 1 ano de separação provisória, fundamentadas as causas que levam os cônjuges a romper o seu casamento. E quanto ao divórcio não litigioso, esta nova Lei da Família consagra que, só pode ser fundamentado nos seguintes termos: casado há mais de 3 anos e separado a mais de 1 ano. Nesta nova lei foi extinta, a exigência legal de terem os cônjuges 25 anos de idade para se divorciarem (Abudo,2005:175).

¹⁴ Segundo ANDREW, Ângela, et al. Família num Processo de divórcio, Pais, filhos e os avós. Porto: Universidade de Porto, 2000. Tese de Mestrado. Disponível em: <http://www.urantia.org/portugues/00poro84.htm>. Acessado no dia 17 de Junho de 2007, refere que o processo do divórcio, passa por diferentes fases: a pré separação/pré divórcio e o divórcio, p.41.

CAPÍTULO II

Revisão da literatura

Neste capítulo, traçaremos o itinerário de alguns estudos que directa ou indirectamente fizeram análise do divórcio, destacando nomeadamente três deles: Gittins (1992), Bourguignon (1985) e Wallerstein (1980). Da literatura que tivemos acesso restringimos o nosso foco aquelas que partem de uma análise do divórcio tendo em conta os filhos. E assim os autores aqui destacados foram escolhidos na medida em que nosso trabalho de investigação nos remete à uma reflexão sobre o lugar dos filhos no divórcio.

Na obra "*The Family in Question*"¹⁵ Gittins (1992) refere que: as possíveis razões para a ruptura de uma união pelo divórcio são inumeráveis, isto porque o casamento envolve dois indivíduos com personalidades e formações diferentes que passam a viver juntos. Estudando particularmente as mudanças de atitudes em relação ao divórcio na sociedade americana, a autora defende que o divórcio se tornou mais aceitável nesta sociedade nas últimas décadas do século XX. Isto devido a mudança dos valores em relação ao divórcio. Estas mudanças vieram influenciar a reestruturação dos procedimentos jurídicos e legislativo do divórcio.

No entanto, a autora afirma que hoje, com a mudança de atitude em relação ao divórcio, os pais já não permanecem juntos como no passado, onde o casal achava melhor permanecer juntos porque tinham filhos, ignorando as particularidades que perturbassem a vida do casal como: a incompatibilidade de viverem juntos, as questões relacionado com a infidelidade, a violência doméstica, vida e costume, etc (Gittins,1992:45).

Gittins mostrando que há um reconhecimento por parte dos pais, de que os filhos podem se sentir melhor se eles divorciarem-se, do que permanecer juntos e infelizes. Uma vida familiar caracterizada pelo conflito pode ser mais prejudicial para os filhos do que o divórcio.

¹⁵ Traduzindo a obra de GITTINS (1992) em português será A Família em Questão, (nossa tradução).

Nessa obra, a autora mostra como o divórcio se tornou uma solução socialmente aceitável para pôr fim ao casamento e como é que os conflitos entre cônjuges no seio familiar são mais prejudiciais para os filhos do que para os cônjuges. O interesse dessa obra para o nosso estudo prende-se ao facto de mostrar como os filhos vivenciam o divórcio dos pais, sobretudo, quanto tal facto envolve conflitos entre os pais.

Este ponto de vista é ligado regularmente a abordagem de Bourguignon (1985), uma vez que este autor partilha a ideia de Gittins (1992), segundo a qual os conflitos conjugais são mais prejudiciais para os filhos do que para os pais. Bourguignon (1985), na sua obra “*Le Divorce et Des Enfants*,”¹⁶ analisou o divórcio em 2 grandes temas: os conflitos conjugais, a relação pais/ filhos e a taxa de divorcialidade¹⁷.

Nesta obra, a autora afirma que os conflitos conjugais nas famílias nas vésperas do divórcio criam um desespero aos filhos, uma vez que, eles não sabem qual vai ser o desfecho da situação e nem sabem com quem vão ficar depois do divórcio dos pais.

Os conflitos conjugais, que ocorrem nas famílias são chamados pelo autora de “*lado sombrio*” isto porque, afirma ela, existir nas famílias um lado obscuro onde as imagens cor de rosa de harmonia com que se é bombardeado seja nos anúncios publicitários da televisão ou seja em outros meios de comunicação social, nem sempre corresponde que existe concretamente onde pode haver conflitos e hostilidades que levam ao divórcio (Bourguignon, 1985:76).

Ao estudar as relações existentes entre pais e filhos no período do divórcio, Bourguignon (1985), defende que existe uma relação directa entre a taxa de divorcialidade e a relação de amizade entre pais e filhos. O seu estudo lhe permitiu chegar as seguintes conclusões: que a taxa do divorcialidade é mais elevada nos casais que não tem uma

¹⁶ Traduzindo a obra de BOURGUIGNON (1985) para português será O Divórcio e os Filhos, esta tradução é nossa.

¹⁷ Segundo BOURGUIGNON (1985:85) A taxa de divorcialidade, não inclui as pessoas que se separam, mas não estão legalmente divorciados. Obviamente, as taxas de divorcialidade não são um índice directo de infelicidade conjugal.

relação de amizade com os filhos, em relação aos casais que tem uma relação de amizade com os filhos.

A autora, traz-nos a ideia da relação de amizade entre pais e filhos no divórcio, esta variável fará parte do nosso estudo, pois será pertinente fazer referência a relação de amizade entre pais/filhos. Vai nos permitir compreender como é que essa relação se manifesta no processo do divórcio.

Wallerstein (1980) na sua obra "*Second Chance: Man, Women and Children a decade After Divorce*¹⁸" realizou um estudo com filhos de 60 casais separados de Marin Country na Califórnia, nos Estados Unidos da América. A autora esteve em contacto com os filhos de casais que iriam divorciar, para perceber como é que os filhos viam o divórcio dos pais. A autora percebeu que os 131 filhos de casais, entrevistados por ela, viam o divórcio dos pais como sendo causado por eles (as), ignorando todos outros factores que levavam os pais a decidirem pelo divórcio, como: (incompatibilidade dos cônjuges, violência no seio familiar, a independência económica de um dos cônjuges, infidelidade, etc).

Analisando como é que esses filhos haviam vivenciado o divórcio dos pais, a autora, chega as seguintes conclusões: que os filhos tinham sofrido distúrbios emocionais intensos na altura do divórcio; os que estavam em idade pré escolar ficaram confusos e assustados; os mais velhos eram já capazes de entender quais eram os motivos do divórcio dos pais, mas mostravam-se preocupados com os efeitos do divórcio sobre o seu futuro, exprimindo frequentemente sentimentos agudos de raiva (Wallerstein, 1980:121).

Prosseguindo o seu estudo, 10 anos mais tarde, com o mesmo grupo de filhos, tendo acompanhado 116 dos 131 do primeiro estudo, a autora revelou que os filhos incorporavam recordações e sentimentos relativos ao divórcio dos pais nas suas relações

¹⁸ Traduzindo a obra de WALLERSTEIN (1980) para o português será Homens, Mulheres e Criança: uma segunda oportunidade depois de década de divórcio, (nossa tradução)

amorosas. Quase todos eles sentiam que, de uma forma ou de outra, tinham acabado por sofrer com o divórcio dos pais. A maioria partilhava a esperança de alcançar algo que os pais tinham sido incapazes: um casamento feliz. Quase metade do grupo chegou a idade adulta preocupada com a felicidade do seu casamento. Embora muitos deles tivessem casado, a marca deixada pelo divórcio dos pais permanecia dentro deles.

Apesar de Wallerstein (1980), mostrar como é que o divórcio dos pais afecta a vida dos filhos, sua importância para o nosso trabalho reside no facto de mostrar como é que os filhos vivenciam o divórcio dos pais. Esta abordagem é importante para o nosso estudo na medida que nos permite perceber um dos nossos objectivos específicos que é a vivência dos filhos no processo do divórcio.

CAPITULO III

3.1 *Quadro teórico e conceptual*

A nossa perspectiva teórica é a Sociologia Compreensiva de Max Weber. porque *“a explicação dos factos sociais não se faz de maneira descontextualizada, ou seja, sempre que olhamos para uma realidade social fazemos a partir de uma certa perspectiva teórica.”*¹⁹

A sociologia compreensiva, visa a compreensão interpretativa da acção social para depois explicar casualmente o seu desenvolvimento e os seus efeitos. Ela facilita o sociólogo, na tarefa de compreender os problemas de investigação por ele levantados. Por outras palavras, a sociologia compreensiva é uma teoria que visa compreender as condutas ou comportamento dos actores sociais, para depois explicar quais são as causas que os levam os a enveredar por uma determinada conduta ou acção social (Weber, 1974: 8-9).

A sociologia compreensiva não reduz a compreensão dos textos escritos, mas sim ela se aplica a toda vida social. Esta perspectiva visa a compreensão do carácter único da realidade em que se vive, realidade essa formada por uma multiplicidade de acontecimentos que surgem e desaparecem (ibidem).

A sociologia compreensiva de Weber foi influenciada pelo conceito de compreensão (*verstehen*) do filósofo *Wilhelm Dilthey* (1933-1911), autor da obra *“Introdução às Ciências do Espírito”* (1883), na qual afirma que, para interpretar a história humana não pode haver a pretensão de utilizar abstracção como a força ou a massa, nem de estabelecer relações de causas e efeito entre os acontecimentos, é necessário perscrutar os motivos dos homens, pôr-se no seu lugar e *compreendê-las* (Weber, 1974: 22).

¹⁹ MACAMO, Elísio. A Leitura sociológica: um Manual Introdutório. Maputo: Livraria Universitária, 2000.,p17.

Para o autor a *compreensão* (*verstehen*) é uma forma não só de conhecer os actores, mas também, de compreender o contexto cultural no qual eles participam, por isso afirma que “*não é preciso ser César para compreender César*”. Isto por outras palavras quer dizer que não precisamos fazer parte de um contexto social para interpretar esse mesmo contexto social, mas é preciso conhecer o contexto social (Weber, 1974: 95).

Assim sendo, o autor introduz dois tipos de compreensão que são: *a compreensão actual ou imediata e a compreensão explicativa* (Weber, 1974: 114).

- A *compreensão actual ou imediata* consiste em compreender ou captar imediatamente o sentido de uma multiplicação que efectuamos ou de uma página que lemos, ou ainda o da cólera, que se manifesta por uma mímica que lhe é peculiar. Como por exemplo quando observamos “*o comportamento de um lenhador ocupado em abater uma árvore ou de um caçador que aponta a sua espingarda*” (Weber, 1974:115).
- A *compreensão explicativa* é aquela que compreendemos de uma forma indirecta, os motivos de uma determinada acção, esta compreensão é feita para explicar uma conduta passada. Por exemplo, quando compreendemos o sentido de “*um comportamento do lenhador que trabalhou para ganhar a vida, ou de um caçador que se entregou a esse desporto por motivos de saúde.*” Por sua vez, o autor afirma que, o que compreendemos e explicámos casualmente o seu desenrolar e seu efeitos é acção social ou seja acção que orienta a conduta dos seres humanos (Weber, 1974:116-8).

Acção social é um comportamento humano, no qual o agente em questão, tem em conta o comportamento do outro, e essa acção pode ser orientada de acordo com o comportamento passado, presente ou previsível de outro. Uma vingança para reparar uma agressão passada, a defesa contra uma agressão presente ou a organização de

medidas de defesa para prevenir uma agressão eventual e podemos compreender essa acção social da mesma forma que compreendemos a proposição $2 \times 2 = 4$.

Para que a acção social exista, numa determinada conduta, é preciso que exista: presença do outro na conduta do agente que age; a conduta do agente deve ter o valor de um signo ou de um símbolo; a conduta do agente deve ser influenciada pela percepção que eles têm do significado da sua acção e a dos outros (Weber apud Rocher, 1989: 49-45).

Assim sendo, para compreendermos com que fins os actores sociais agem e como agiram numa determinada acção social Weber estabelece, uma tipologia de acção social com quatro tipos de acção que são:

1. *Acção racional em relação aos fins*; a que se propõem determinar por meio para alcançar os fins propostos planeamento ou qualquer projecto individual ou social.
2. *Acção racional em relação a valor*; esta é determinada pela consciência no valor ético, estético ou religioso de certa conduta, independente dos resultados que se possa alcançar.
3. *Acção efectiva ou emotiva*; quando é determinada pelo estado emocional ou afectiva dos indivíduos.
4. *Acção tradicional*; quando é determinada por costumes de uma dada sociedade. Para Weber esta acção encontra-se na fronteira entre acção efectiva e racional em relação a valores.

E nestas tipologias aparece o conceito de *tipo ideal*, que o pesquisador das ciências humanas constrói para fins de pesquisa. Este raramente pode ser encontrado na realidade tal como foi definido pelo investigador (Weber, 1999:80).

Por sua vez, o autor afirma que só podemos compreender com que meios uma determinada conduta ou acção foi realizada através da possibilidade objectiva. Isto porque *a possibilidade objectiva* é um indicador que permite ao investigador determinar, numa acção social, quais foram os meios empregues e se esses meios são realmente adequados para aquele fim proposto pelo agente, permitindo assim ao investigador a construção de um quadro imaginário objectivamente possível (Weber, 1999:82-5).

A exposição aqui feita permite-nos enquadrar o nosso estudo na perspectiva da Sociologia Compreensiva de Max Weber. Isto porque o processo do divórcio é um fenómeno que se dá de uma forma relacional, entre os membros envolvidos. Deste modo, ao participar no processo do divórcio, os filhos têm em conta o comportamento e as expectativas dos pais e os pais o fazem tendo em conta o comportamento e as expectativas dos filhos em relação a decisão de divorciar. Assim, partindo desta perspectiva podemos afirmar que, no processo do divórcio, as condutas dos pais e dos filhos assumem o carácter da acção social.

Com isto não queremos defender que os casais só se divorciam com a provação dos filhos, mas que em todo o processo do divórcio as relações entre os filhos e pais podem ser entendidas como acção social e analisadas a luz dos 4 tipos de acção propostas por Weber.

A partir dessa perspectiva nós vamos nos apropriar dos seguintes conceitos: a acção social, tipo ideal e possibilidade objectiva.

- O conceito da acção social nos permitira captar a conduta dos filhos e dos pais no processo do divórcio e saber como é que essas condutas determinaram o “lugar dos filhos” no processo do divórcio.

- O conceito de tipo ideal nos permitira captar as tipologias de acção usada no processo do divórcio e se essa acção foi racional quanto ao fins, racional quanto ao valor, tradicional, afectiva ou emotiva.
- O conceito de possibilidade objectiva vai determinar que meios foram usados pelos filhos e pelos pais no processo do divórcio.

3.2 *Conceitualização*

Neste trabalho, optamos por três conceitos chaves, a saber: *o casamento, família e divórcio*. No nosso entender estes conceitos articulam-se com o tema em questão e, desta forma, faremos uma leitura dos seus significados. Esta leitura encontra-se ao longo deste trabalho concretamente na apresentação, análise e interpretação dos resultados.

3.2.1 *Casamento*

O casamento, de forma restrita, pode ser definido como uma união sexual entre dois indivíduos adultos, reconhecidos e aprovado socialmente. Quando duas pessoas se casam, tornam-se parentes entre si, contudo, o casamento une também um vasto número de pessoas que se tornam parentes, pais, irmãos e outros familiares consanguíneos tornado assim parentes através do casamento (Gittins, 1992:76).

Segundo Saracena (1997:88), o casamento é o contrato entre indivíduos livres, e antes de mais um contrato patrimonial, que funda uma hierarquia precisa entre os sexos, em nome da unidade patrimonial da família.

Para Antunes (1985:47), o casamento é o acordo que duas pessoas de sexos diferentes ou não e que estejam em condição de casarem para partilharem uma vida em comum, usufruindo os directos e assumindo as responsabilidades que decorrem dessa relação. Segundo Antunes, o casamento pode ser definido igualmente como um contrato

entre duas pessoas de sexo diferentes ou não, com objectivos de construir legalmente família, mediante comunhão plena de vida.

O significado de casamento que vamos usar para o nosso trabalho é o de Gittins (1992), ele define o casamento como sendo a união sexual entre dois indivíduos adultos, reconhecido e aprovado socialmente. Isto porque vai nos permitir analisar o divórcio dos casamentos reconhecidos e comprovados socialmente através do funcionário do registo civil. Delimitando assim o nosso grupo alvo, que serão filhos de pais divorciados, mas que contraíram esse tipo de casamento.

3.2.2 Família

Segundo Lévi Strauss citado por Shapero (1982:65), a família é uma união mais ou menos duradoura socialmente aprovada entre um homem e uma mulher e os filhos. Shapero apresenta as características de uma família a saber; tem origem no casamento constituído pelo marido, esposa e filhos provavelmente de uma união.

Embora outros parentes possam encontrar o seu lugar próximo à esse núcleo central, os membros da família estão unidos entre si por laços legais, direitos e obrigações, económicos, religiosos. Ela passa ter a responsabilidade principal no processo de socialização das crianças (idem).

A família é um conjunto bem definido de direitos, obrigações e proibições sociais e sexuais e, existe um conjunto de deveres diversificados nutridos nos sentimentos psicológicos como: o amor, afecto, o respeito, etc. Ela pode ser determinada pelo sangue, casamento, ou adopção. Onde um grupo de indivíduos vivem juntos por um período de tempo indefinido (idem).

Para Lima (1994:57) a família implica também um conjunto de obrigações, proibições e destaca a proibição de incesto. Para o autor um grupo social é constituído

por três características fundamentais: *consanguinidade, casamento e parentesco*. E existiriam 2 tipos de família que são: *a família nuclear ou elementar e a alargada ou extensa*. A família nuclear ou elementar é um grupo constituído por pai, mãe e seus filhos que vivem juntos ou não e constitui a unidade social básica; a fonte de relações de filiação e germanidade.

A *família alargada ou extensa* é qualquer agrupamento, maior do que a família nuclear em que os membros se relacionam por descendência, casamento, adoção. Define-se a *família alargada* como sendo constituída com duas ou mais famílias nucleares do filho adulto e dos seus pais (Ibidem).

Lima (1994:58) distingue ainda dois tipos de família segundo o tipo de casamento, onde destaca a *família monogâmica e a poligâmica*. A *família monogâmica* é aquela que resulta do casamento entre uma mulher e um homem. A *poligâmica* é aquela que resulta de casamento de uma pessoa de qualquer sexo com mais de um cônjuge, esta pode ser poliginia²⁰, poliandria²¹ e cenogamia²².

Loforte (1998:45) define família no direito moçambicano, mostrando que ela é produto de relações entre pessoas ligadas por vínculos como: o casamento, o parentesco, a afinidade e a adoção.

Deste modo, a família pode ser formada por *casamento*, contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferentes que pretendem constituir legalmente a família mediante a comunhão plena de vida; por *parentesco*, unidos por vínculos de duas ou mais pessoas em consequência de uma delas descender de outra ou ambos procederem de um progenitor comum; por *afinidade*, unidos aos cônjuges do parente do outro cônjuge; sendo por *adoção*, unidos independentemente dos laços de sangue, estabelece-se legalmente entre duas pessoas através de uma sentença judicial.

²⁰ Um homem unido a várias mulheres

²¹ Uma mulher unida a vários homens

²² Dois ou mais homens une-se a duas ou mais mulheres.

Os conceitos de família definidos por autores acima expostos diferem entre si por exemplo: (i) Levi Strauss citado por Shapero (1982) define a família tendo em conta a sua função reprodutiva, educacional, assistencial e procriativa.

(ii) Lima (1994), a define tendo em conta os direitos e obrigações das famílias, quanto ao número de cônjuges, tipo de casamento, quanto ao número de agregado familiar;

(iii) Já Loforte (1998) mostra o significado da noção da família a partir de laços que unem uma determinada família, que são: casamento, parentesco, afinidade e adopção.

A partir dessas varias abordagens, nós escolhemos o conceito de Lima (1994), no qual a família é constituída segundo vários elementos,²³ mas o elemento que nos interessa é o do agregado familiar. O autor define dois tipos de família quanto ao agregado familiar que são: a família nuclear e a família extensa, e o que nos interessa é o conceito da família nuclear²⁴, isto porque no nosso estudo procuramos compreender o divórcio que ocorre numa família que existe pai, mãe e seus filhos.

A família nuclear segundo Lima (1994:57) é um grupo constituído por pai, mãe e seus filhos. Estas significações vão de acordo com o nosso trabalho, porque procuramos analisar o divórcio que ocorre numa família que existe pai, mãe e filhos, com direitos, deveres, obrigações, afectos entre os cônjuges e estes com os filhos.

3.2.3 Divórcio

Para Lopes Virgílio citado por Abudo (2005:241-248), a palavra divórcio tem a sua origem no verbo latim *divertere*, que significa separação. E quando se refere ao matrimónio significa a separação dos cônjuges com extinção do vínculo que os unia.

²³ Segundo LIMA (1994) define a família, segundo os direitos e obrigações que a família têm, quanto ao número de cônjuge, tipo de casamento, número de agregado familiar.

²⁴ Segundo LIMA (1994:57), Familiar nuclear é um grupo constituído por pai, mãe e seus filhos.

Considera-se que existem 2 tipos de divórcio que são: litigioso e não litigioso. *O divórcio litigioso* é aquele que é requerido no tribunal por um dos cônjuges com fundamento de provocar a separação pela impossibilidade de vida em comum. *O divórcio não litigioso* é aquele que é requerido na conservatória do registo civil da área da residência dos cônjuges, não é carregado de conflitos, mas sim da vontade de ambos de se divorciarem.

Segundo Fairchild (1949:256), o divórcio é a dissolução legal de um relacionamento matrimonial oficialmente reconhecido que se propõe oferecer uma solução para aqueles casos individuais em que a relação matrimonial constitui uma carga regida para o casal. Este autor diz-nos que o divórcio só é possível, quando os indivíduos contraem um casamento, e que só se manifesta com a ruptura do vínculo jurídico que os unia.

Para Mitchell (1979:155), o divórcio é o processo pelo qual os casais põem fim ao casamento, reconhecido como válido, durante a vida dos cônjuges que regressam ao estado de liberdade para se casar de novo.

Os conceitos de divórcio dos autores acima expostos diferem entre si, não de uma forma geral, mas sim com algumas particularidades.

- Assim o conceito do divórcio de Virgílio citado por Abudo (2005), explica como o fim do vínculo que unia os cônjuges;
- Fairchild (1949) refere o divórcio como a dissolução de um casamento oficialmente reconhecido e Mitchell (1979) o define como o fim de um casamento.

A partir dos conceitos acima expostos, iremos usar o conceito do divórcio dos seguintes autores: Mitchell e Fairchild porque ambos estão mais próximo do conceito do divórcio que procuramos caracterizar no nosso trabalho que é o fim de um casamento ou dissolução de um casamento oficialmente reconhecido.

CAPÍTULO IV

Metodologia

Neste capítulo apresentamos a metodologia usada para prossecução deste trabalho, que consistiu nos seguintes passos: revisão bibliográfica, a escolha do método, técnica de recolha de dados, a escolha da amostra, formação do grupo focal, recolha dos dados, quadro teórico, apresentação e discussão de resultados.

Para a elaboração do trabalho, fizemos a revisão bibliográfica, onde recolhemos informações ligadas ao divórcio. Essa revisão nos permitiu a obtenção de informações relacionadas com a pesquisa em termos do método e de técnica de recolha de dados. Igualmente nos orientou quanto a metodologia e a perspectiva teórica: a sociologia compreensiva de Max Weber. A revisão bibliográfica permitiu-nos discutir as obras de autores como: Gittins (1992), Bourguignon (1985) e Wallerstein (1980), que abordam a temática do divórcio tendo em conta os filhos.

Os objectivos dessas leituras foi o de ter mais informações, sobre o tema de estudo, para analisarmos as tendências das abordagens sobre a temática de modo a explicitar e delimitar o nosso campo de análise e o problema de estudo.

A fim de operacionalizar nossa reflexão, é fundamental e gostaríamos de destacar dois modelos sociológicos de explicação: o *explicativo* e o *interpretativo*.

Para o *modelo explicativo*, apreensão da realidade é possível através de relação consiste entre variáveis explicativas da realidade. Este modelo corresponde a factores que podem tomar significados diversos de acordo com o seu enquadramento. Isto quer dizer que ela encontra as suas explicações através das descrições entre os sujeitos, apropriando a cultura dos actores e a construção teórica que advêm dos valores e normas

culturais que constituem o significado das interações. A actividade dos actores tem significados em termos de normas e regras culturais do meio em que se encontram. A informação é predominantemente qualitativa, na medida em que a actividade dos actores tem significados inter subjectivos, cuja descodificação exige o conhecimento das normas e regras culturais (Lopes, 1998: 45).

Ao contrário do *modelo explicativo*, o *modelo interpretativo*, retira a informação através de dados estatísticos dos significados atribuídos pelos actores às acções sociais.

Tendo em vista os objectivos de nosso estudo, entendemos que, *a metodologia qualitativa* é a mais adequada aos nossos propósitos. Ela é importante para a compreensão do universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, permitindo obter as informações a cerca de experiências vividas e opiniões dos entrevistados.

Quanto a legitimidade do método qualitativo Minayo (1994: 43) defende que a legitimidade científica no campo das pesquisas sociológicas não está na adopção de modelos matemáticos universalizantes, mas sim na criação de estratégias alternativas, tendo em vista as especificidades do objecto de estudo e que a “*a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir a sua representatividade, apenas na vinculação dos sujeitos sociais mas significativos para o problema investigado.*” Isto quer dizer que a pesquisa qualitativa não necessita de um grande número de interlocutores para garantir a sua representatividade, mas sim, ela depende da qualidade da informação do tema a ser estudado.

Mas também partindo de fundamentação de Triviños (1984: 32), que considera que, não é o grande objectivo da pesquisa qualitativa a qualificação da amostragem, ela pode até, ao invés da aleatoriedade, decidir intencionalmente considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco: facilidade para se encontrar as pessoas, tempo dos indivíduos para as entrevistas, o tamanho da amostra, etc.). A pesquisa qualitativa não se

baseia em grande número de entrevistados, mas sim de um número reduzido de entrevistados que permitem esclarecer ao investigador o assunto que estuda.

Nesta perspectiva, a técnica de recolha de dados, que usamos foi o *grupo focal*, que é uma técnica de pesquisa qualitativa, composta por um pequeno grupo de pessoas que se reúnem para discutir um ou vários tópicos específicos. Normalmente participam no mínimo 6 indivíduos e no máximo 12 indivíduos, 1 moderador, que coloca as questões de roteiro e um observador. Diferente das outras técnicas com grupos ou entrevistas, a interação do grupo é também um dado a ser considerado, não simplesmente no processo de perguntas e respostas, mas também na sua possibilidade de gerar ideias, opiniões, atitudes e perspectiva a cerca do tema debatido (Chiesa,1993:18).

Escolhemos esta técnica pelos seguintes motivos:

- Garantir um espaço de reflexão das nossas próprias concepções na interpretação de dados, através dos significados das palavras, dos gestos e das expressões faciais dos nossos entrevistados.
- Obter com facilidade os dados da entrevista, através de sessão grupal onde reunimos todos os entrevistados no mesmo local.
- Captar as experiências de vida dos nossos entrevistados, porque eles se expressam livremente os seus anseios, sentimentos.
- Obter dados qualitativos, entendendo o significado que os entrevistados atribuem a factos relativos ao tema estudado.

A escolha da amostra foi feita intencionalmente. Segundo Murteira (1990:26) amostragem intencional é aquela que é formada pelo pesquisador, após identificar o seu grupo alvo, com certas características específicas. Ele se direcciona ao grupo alvo com intuito de recolher as informações que interessam à sua pesquisa.

Para a escolha da amostra nos baseamos nos seguintes critérios: ser estudante da Universidade Eduardo Mondlane, concretamente de Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS); ser filho de pais divorciado ou ser estudante não filho de pais divorciado, idade, sexo, curso, estado civil, nível académico, religião.

A amostra foi constituída, por 11 estudantes, dos quais 5 eram do sexo feminino e 6 de sexo masculino, onde 4 de sexo feminino e 2 de sexo masculino eram filhos de pais divorciados. Ressaltamos aqui que, a opção pelo género foi posta de lado, isto porque o nosso interesse era de compreender as diferentes abordagens, em termos de experiência sobre o divórcio a partir de diferentes estudantes.

Para a formação do grupo focal, começamos por estabelecer contactos com os chefes das turmas e professores, de modo a termos acessos aos estudantes. Em cada sala que tivéssemos acesso (6 salas ao todo) ou a oportunidade de entrar, nos foi sempre facilitado. Éramos apresentados as vezes por professores, as vezes por chefes das turmas. Informávamos aos estudantes dos motivos de nossa presença de que necessitávamos formar um grupo focal, de estudantes filhos de pais divorciado ou não.

Esclarecemos que o encontro seria informal e que podíamos garantiríamos a confidencialidade dos nomes, e seria fundamental a participação de todos e que as divergências de opiniões eram bem vindas.

Os estudantes que manifestaram interesse em participar iam deixando seus nomes e contactos telefónicos e duas semanas depois começamos a ligar para os estudantes marcando o dia para a sessão. De acordo com a disponibilidade de cada um formamos o nosso grupo focal. Esta fase decorreu de 24 de Abril à 22 de Maio de 2007, e realizámos duas sessões.

Universidade Eduardo Mondlane, concretamente na Faculdade de Letras e Ciências Sociais. A escolha desse local prende-se aos seguintes motivos: a própria localização da Faculdade de Letras e Ciências Sociais que se encontra na cidade de Maputo, uma vez que o nosso estudo de caso recai sobre a cidade de Maputo; é a Faculdade com maior número de cursos e estudantes; grande número de estudantes possui percepção do fenómeno estudado, uma vez que eles são socializados ao longo do curso para análise e compreensão dos fenómenos sociais.

Foi realizado um encontro de sessão grupal de discussão sobre o tema *No processo do divórcio, qual é o lugar dos filhos?* na sala de grupo de pesquisa Saúde e Sociedade (GPSS), que se localizava na biblioteca da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Eduardo Mondlane.

Nessa sessão todos os participantes assinaram o termo de consentimento para mostrar que a sua participação era da sua livre e espontânea vontade e foram informados que a sessão grupal seria de aproximadamente 90 minutos, sendo marcado o horário conforme a solicitação dos participantes, tendo existido cuidado de respeitar o início e o término da sessão.

Este procedimento permitiu que os entrevistados expressassem livremente o seu ponto de vista. A nossa tarefa de entrevistador foi neste caso de conduzir a sessão grupal sem deixar que os entrevistados se desviassem do tema abordado. As entrevistas foram feitas mediante os seguintes tópicos: o processo do divórcio, o envolvimento dos filhos nesse processo e a sua vivência. Todas as entrevistas foram gravadas com a devida permissão para não correremos o risco de perder algumas informações que pudessem ser relevantes para a nossa pesquisa.

CAPÍTULO V

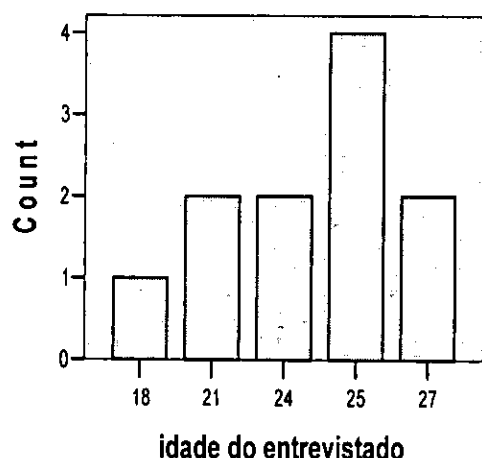
Apresentação, análise e interpretação dos resultados

Esta parte do trabalho versa sobre a apresentação dos eixos principais de análise de dados por nós elaborados, bem como a interpretação dos referidos dados. Os eixos que organizaram o trabalho foram: o perfil sócio-cultural, o processo do divórcio, envolvimento dos filhos no processo do divórcio e a vivência dos filhos nesse processo. A partir desses eixos nós fizemos uma apreensão da organização familiar e do lugar dos filhos no processo do divórcio. Começaremos por apresentar o perfil sócio-cultural dos entrevistados.

5.1 O perfil sócio-cultural

O perfil sócio-cultural foi constituído através das seguintes variáveis: idade, sexo, curso, estado civil e nível de escolaridade.

O grupo focal foi constituído por 11 estudantes, dos quais 5 eram do sexo feminino e 6 de sexo masculino, cuja a idade media é de aproximadamente 24 anos. Dos filhos de pais divorciados, 4 eram de sexo feminino e 2 de sexo masculino.

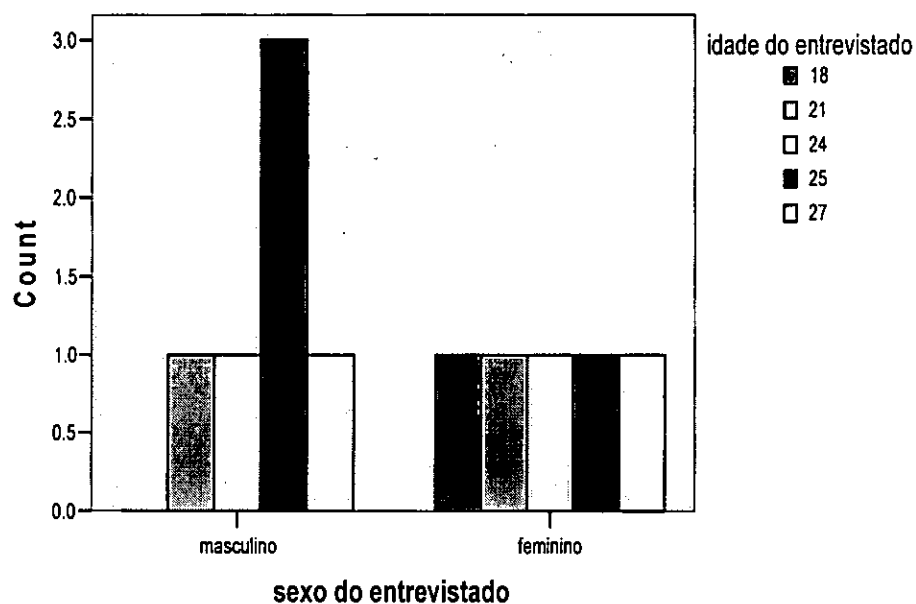
Gráfico 1: Distribuição de idades dos entrevistados

O gráfico acima mostra que, do total dos entrevistados, quatro (4) tinham 25 anos e apenas um (1) tinha 18 anos. Podemos constatar pela idade que a nossa amostra foi constituída, essencialmente, por jovens estudantes universitários. Tomamos o conceito de jovens como uma categoria analítica, assim sendo, ser jovem é entendido como uma categoria sociológica e se refere ao processo ou preparação para que os indivíduos possam assumir o papel social de adultos, tanto do ponto de vista da família e de procriação, quando profissional, com plenos direitos e responsabilidades, estende-se dos 14 aos 30 anos²⁵.

Nesta concepção sociológica, jovem é entendido como um conjunto social diversificado, perfilando diferentes situações económicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais²⁶, etc.

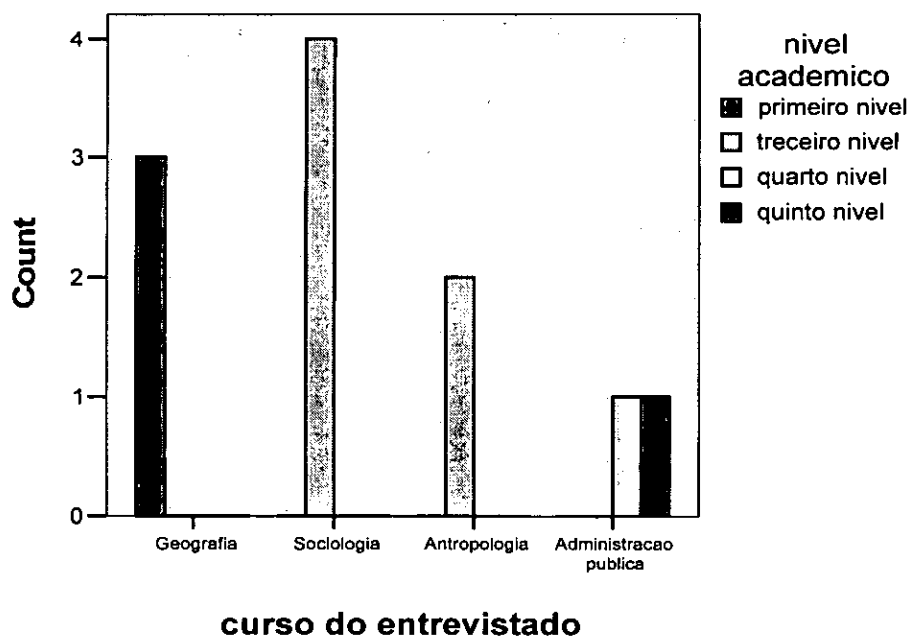
²⁵ CARVALHO, G.A. *Políticas Públicas de Juventude em Florianópolis*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Disponível em: «www.sociologiadajuventude.hpg.lg.com.br/index.htm». Acessado no dia 25 de Agosto 2007.

²⁶ PAIS, M. *A construção sociológica da Juventude-Alguns contributos*, in: "Análise Social", nº105-106, Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990, p.140.

Gráfico2: distribuição de idade em relação ao sexo dos entrevistados

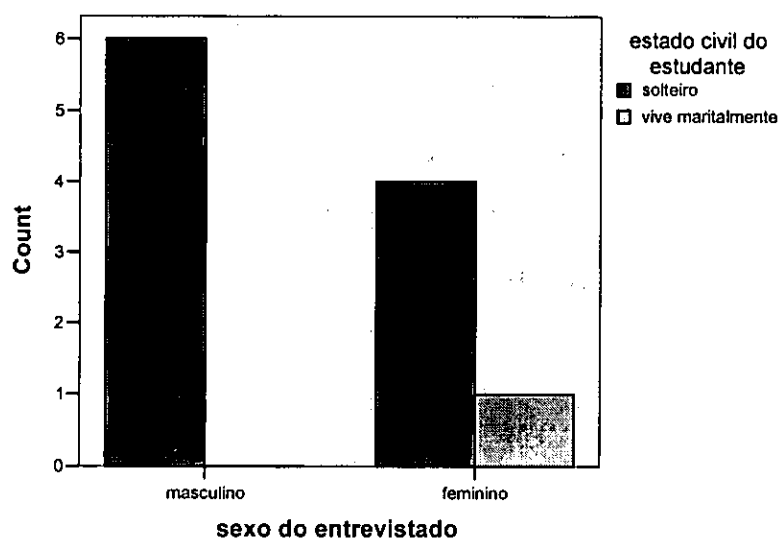
Quanto a idade em relação ao sexo dos entrevistados (gráfico 2), constatou-se que dos indivíduos de sexo masculino, três (3) tinham 25 anos de idade e apenas um (1) indivíduo para cada idade de 18, 24 e 27 anos. E para os de sexo feminino, tinha apenas um (1) em cada uma das idades.

Gráfico3: Relação entre curso em relação ao nível académico



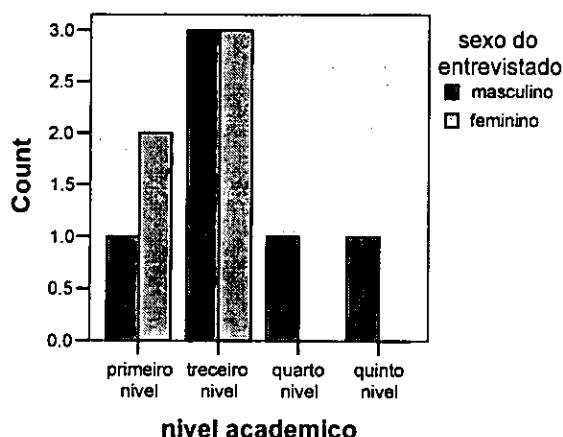
O gráfico acima, indica que quatro (4) indivíduos entrevistados eram estudante de quarto nível do curso de sociologia e apenas um (1) para cada um dos níveis (quarto e quinto) do curso de administração pública.

Gráfico 4: Relação entre estado civil e sexo dos entrevistados



Com base no gráfico acima, verifica-se que, todos os indivíduos de sexo masculino (6 estudantes) entrevistados eram solteiros, e quanto aos indivíduos de sexo feminino, três eram solteiros e apenas um vivia maritalmente.

Gráfico 5: Relação entre o nível académico e o sexo dos entrevistados



O gráfico acima mostra que, foram entrevistados três (3) indivíduos de terceiro nível para ambos sexos e apenas um (1) de sexo masculino para cada um dos níveis (primeiro, quarto e quinto respectivamente). Não existindo estudantes de sexo feminino nos quarto e quinto níveis.

5.2 O processo do divórcio

O *processo do divórcio* é aqui entendido como uma sequência, de etapas contínuas que vai desde a proclamação da vontade de ambos os cônjuges, ou de um deles, de por fim o casamento por meio de divórcio até a sua consumação. Este processo, conforme as circunstâncias, consensual ou litigioso, pode levar meses ou anos.

Neste eixo temático, pretendemos analisar a percepção dos nossos entrevistados sobre o que é o divórcio, quais são os factores que levam à sua ocorrência e como esses

factores se manifestam. Procuramos abordar esses factores através de 2 sub-eixos: a percepção do significado do divórcio e os factores que levam à ocorrência do divórcio.

5.2.1 *Percepção do significado do divórcio*

Quanto à percepção do grupo sobre a noção do divórcio, ele mostrou uma tendência comum de mesma significação. Em unanimidade os membros do grupo afirmaram que o divórcio *é a dissolução do casamento* celebrado pelos cônjuges, mediante um funcionário do registo civil que o regista em uma conservatória. Como ilustra a seguinte citação:

“ O divórcio é um meio pelo qual os casais, põem fim um casamento registado nas conservatórias (...)” (António).

Mas ao longo do debate sobre a noção do divórcio, fomos percebendo que o grupo, não só afirmava que o divórcio é o fim do casamento, mas associava esse fim *a libertação dos cônjuges*, de maus tratos, da infelicidade existente no seio familiar, da incompatibilidades dos cônjuges permanecerem juntos quando não há mais razões ou condições. A este respeito, tomamos como ilustração a declaração feita por uma das entrevistadas quando questionamos a cerca de noção do divórcio:

“O divórcio é a dissolução do casamento, que permite os casais ter uma liberdade das infelicidades, maus tratos que existia no seu casamento (...)” (Júlia).

Questionados sobre o que achavam do divórcio dos pais, as respostas variaram entre “discordo” e “concordo”. Os que concordavam entendiam que o divórcio libertava os cônjuges para buscar felicidade fora daquele casamento. E eles associavam também as expectativas concretas da felicidade dos pais, que pouco serviriam se eles permanecessem juntos. Neste caso, o sentimento dos filhos quanto ao divórcio estaria em “segundo” planos pois a vontade dos filhos de ver seus pais unidos não poderia estar acima da vontade de ser feliz dos pais. A este respeito, tomamos como ilustração a declaração

apresentada por um dos entrevistados, quando questionamos a cerca da sua opinião em relação ao divórcio dos pais:

“Eu, concordo que os meus pais se divorciem, uma vez que eles estão juntos, lutaram, não houve solução e não está a dar certo e nós os filhos não podemos ser egoístas, dizer que o papa não pode divorciar-se, porque eu não quero ficar sem pai ou mãe” (Hilário).

Por sua vez aqueles que não concordavam com a ocorrência do divórcio olhavam mais para o impacto do divórcio nos filhos. Entretanto o impacto mencionado está mais afecto a relação entre pais e filhos, para eles o divórcio levaria “ automaticamente” ao afastamento dos filhos por parte de um dos cônjuges. A este respeito, tomamos como ilustração a declaração apresentada por uma das entrevistadas, quando questionamos a cerca da sua opinião em relação ao divórcio dos pais:

“Eu falo daquilo que eu senti, meus pais divorciaram-se, mas eu não queria estar sem eles como filha, eu sinto que falta o meu pai em casa, antes vale mais casar do que divorciar (...) tem que sempre haver, uma maneira de se entender, pelos filhos, e, eu não concordo com o divórcio porque o divórcio separa os filhos dos pais (...)” (Marta).

Verificamos que aqueles que concordavam com a ocorrência do divórcio tinham em mente a felicidade dos pais e os que não concordavam tinham em mente a frequência e o tipo de relação que passariam a ter com os pais.

5.2.2 Factores que levam à ocorrência do divórcio

O grupo ao responder a questão acerca dos factores que levam a ocorrência do divórcio, afirmaram que, os factores que levam a ocorrência do divórcio são: *relações de poder, desemprego e doença e infidelidade.*

No que diz respeito as *relações de poder*, os nossos entrevistados referiram que este tipo de factor está associado ao facto da mulher ter acesso a escolaridade. Esta escolaridade dá oportunidade à mulher de ascender a informações, à conhecimentos que a levam a sair de sub-serviência e passam a reivindicar um tratamento igualitário dentro da família. O grupo mostrou que esse “igualitarismo” levaria ao desentendimento uma vez que, o poder do homem não se impõe tão facilmente, muitas das vezes, a mulher tenta livrar-se dessa imposição com a ruptura do casamento por divórcio.

Acerca das relações de poder, um dos entrevistados afirmou que:

“(...) vejo como as causas do divórcio, como sendo: a relação do poder, muitas das vezes quando as pessoas casam há quem é dominante e dominado, neste caso muitas das vezes tem sido os homens que são dominante e as mulheres dominadas, mas com o andar do tempo as mulheres, foram ganhando autonomia, através de educação, que lhe permitiu ter um nível próximo ou superior ao do homem, que lhe permite ter um tratamento igualitário, esse tratamento igualitário leva ao divórcio” (Eddy).

No que diz respeito, ao *desemprego e a doença*, os nossos entrevistados, tem como motivo principal para o divórcio as expectativas recíprocas quanto ao nível de vida após o casamento e quando essas expectativas não são alcançadas os cônjuges recorrem ao divórcio como forma de solução. Como fez questão de declarar um dos entrevistados quando questionamos a cerca dos factores que levam a ocorrência do divórcio:

“O desemprego e a doença são alguns dos factores que levam a ocorrência do divórcio, isto acontece quando as pessoas a pensar que o marido ou a mulher não vai ficar doente ou quando o marido não vai perder ou ficar sem emprego, quando isso acontece os casais ficam decepcionados e recorrem ao divórcio como forma de livra-se da pessoa (...)” (Beto).

Quanto *a infidelidade*, como um dos factores que levam a ocorrência do divórcio, os nossos entrevistados referiram que este factor está relacionado com relações extra conjugais, ou seja, a relações sexuais fora do casamento. A este respeito, tomamos como ilustração a declaração apresentada por um dos entrevistados:

“ A infidelidade é um dos factores que leva a ocorrência do divórcio, isto acontece quando o esposo ou marido normalmente tem relações sexuais fora do casamento (...)” (Cardoso).

Mas ao longo do debate sobre a infidelidade observamos que o grupo relacionava a infidelidade, não só à questão de relações sexuais fora do casamento, mas somente quando estas são descobertas por um dos cônjuges. Como fez questão de declarar uma das entrevistadas:

“ A infidelidade no casamento só tem sentido, quando um dos cônjuges descobre que o seu parceiro está a ter relações sexuais fora do casamento, aí sim, ela se torna um dos factores do divórcio ” (Marta).

Nos discursos dos nossos entrevistados, a infidelidade era considerada como uma transgressão as regras do casamento, uma vez que, depois do casamento a mulher e o homem não podem ter relações sexuais fora do casamento.

O grupo considerava a fidelidade no casamento como uns dos motivos aceites para fundamentar o casamento. Por isso a questão da infidelidade foi muito enfatizada pelo grupo, apesar de não ser o factor *sine qua non* ou exclusivo, que leva a ocorrência do divórcio. Estas ideias mostram que na sociedade existem normas sociais que são aprovadas e praticadas e outras que são desencorajadas ou condenadas.

5.3 O envolvimento e a vivência dos filhos no processo do divórcio

E neste segundo eixo, vamos compreender, quais foram os factores que determinam o envolvimento ou não dos filhos no processo do divórcio, que tipo de relação se

estabelece entre pais e filhos e como essa relação contribui ou não para determinar “o lugar dos filhos no processo do divórcio”.

O *envolvimento dos filhos no processo do divórcio* é aqui entendido como sendo a relação que os filhos estabelecem com os pais no processo do divórcio. Essa relação pode ser: de participação, integração ou de exclusão.

- Participação: significa que os filhos estão envolvidos no processo do divórcio. Isto ocorre quando são consultados ou respondem às perguntas feitas pelos pais;
- Integração: significa que os filhos entram num processo de negociação com os pais sobre o seu divórcio. Isto ocorre de uma forma inter-relacional;
- Exclusão: é entendida como os filhos sendo colocados à margem do processo, eles são apenas informados.

Das discussões do grupo podemos extrair cinco aspectos relativos ao envolvimento dos filhos no processo do divórcio que são: *interesse dos pais de divorciar, o interesse dos filhos em chamar atenção dos pais as suas atitudes durante divórcio, idade, maturidade e a relação pais/filho.*

Em *interesse dos pais* como sendo um dos factores que determina o envolvimento dos filhos no processo do divórcio, significa quando os pais chamavam seus filhos para comunicar que eles vão se divorciar e ao mesmo tempo explica-lhes os motivos que lhes levaram à tal decisão. Como fez questão de salientar um dos entrevistados:

“*Os pais envolvem os filhos no divórcio, muita das vezes, para informar o que é que está a se passar na família e quais são as razões do seu divórcio, eu acho que, isto para não ficar mal, os pais saírem de casa assim sem avisar*” (António).

Entretanto, essa postura de envolver os filhos no processo do divórcio é de facto para mostrar de quem é a culpa pela separação. O culpado é outro parceiro que não está a

cumprir com as normas do casamento, que é de fazer feliz o seu parceiro, e por isso, os filhos tinham que ficar bem esclarecidos quanto a questão quem é o culpado e dentro dessa situação eles tinham que gerir a escolha de quem deviam ficar e como os bens do casal deviam ser distribuídos. Mas essa distribuição pode, talvez, ser influenciada pelos argumentos dos pais quanto aos motivos que lhes levavam a decidir por divórcio. Como fez questão de salientar uma das entrevistadas:

“ Eu acho que os pais envolvem os filhos tendo em conta, o seu interesse, por exemplo: a minha mãe disse-me quais eram os motivos que lhe levava a sair de casa, eu queria ir viver com ela, mas o meu pai não permitia (...) e nesse altura do divórcio eles queriam também que eu dividisse os bens da casa (...)” (Joana).

Outro dado a acrescentar, diz respeito aos planos e projectos que os pais tinham sobre o destino e o futuro dos filhos. A ideia geral, partilhada pelo grupo, era a de que os planos e projectos que os pais apresentavam aos filhos eram uma forma de influenciar os filhos na escolha dos pais.

Um dos entrevistados apresentou a sua opinião a cerca do seu envolvimento, nos seguintes moldes:

“ Ya! [sorriu] eu acho que os pais envolvem os filhos tendo em conta o seu interesse, a minha mãe disse-me se eu fosse viver com ela, ela tinha planos e projectos comigo (...) e quando eu vivia em casa dela meu pai manda revista todos os dias (...)” (Hilário)

Quanto ao *interesse dos filhos* de se envolverem, as discussões do grupo levaram a perceber de que os filhos se envolvem no processo do divórcio com o sentido de chamar atenção aos pais de que as brigas na família levam à desarmonia do lar não estão a lhe trazer nenhum sossego. Como fez a questão de salientar um dos entrevistados:

“ Aquilo que eu havia dito, que os filhos envolvem se também no processo do divórcio, eu lembro os meus primos que não iam a mesa comer quando os pais brigavam (...)” (Beto).

No que diz respeito a *maturidade*, notamos que os nossos entrevistados acreditavam que a maturidade era uma das condições para que os pais envolvessem os filhos no processo do divórcio. Eles tinham em mente a ideia de que a maturidade é um período em que o indivíduo vê o seu comportamento com os olhos da sociedade, ele tem elementos que permite buscar um comportamento que seja socialmente aceite. Há mais condições de ponderação, de compreensão dos factos. Os entrevistados deixaram claro que a maturidade não está associada à uma idade específica mas a uma maneira de ser socialmente adequado à sociedade. Como fez a questão de salientar um dos entrevistadas:

“para os pais envolverem os filhos também da maturidade dos filhos e maturidade não se define pela idade, há pessoas que têm 30 anos ou 40 anos pensam como tivessem 11 anos e há pessoas que têm 8 anos que pensam como se tivessem 25 ou 30, o lado comportamental como a pessoa pensa e age, e lida com determinados assuntos é importante para os pais envolverem os filhos” (...)” (Eddy).

Todavia, os entrevistados chamaram atenção para o facto de que a *idade* não deixa de ser um dos factores para os pais envolverem os filhos, há uma idade limite, como o não envolvimento dos filhos pequenos. Para eles o jovem tem uma capacidade para entender o que está a se passar na família do que uma criança. Como fez a questão de salientar um dos entrevistados:

“Os pais, só podem envolver os filhos que tiverem uma idade superior, no grupo etário dos jovens, isto não resta dúvida, porque eles têm capacidade de compreender as coisas como elas são e não os filhos menor (...)” (Stélio).

Dos aspectos destacados até agora, acreditamos que o último é o pano de fundo de todos os factores anteriores relacionados a *relação pais e filhos*. Os entrevistados afirmaram que, quando há uma relação de amizade entre pais e filhos os pais tornam se mais abertos ao diálogo expondo as suas vontades, anseios e frustrações sem receios, sem manipulação dos filhos. Como fez a questão de salientar um dos entrevistados:

“A relação pais e filho é também fundamental, porque se à uma relação de amizade entre pais e filhos ai a maior probabilidade dos pais envolverem os filhos no divórcio dizendo as seus anseios, frustração e desejos ” (Beto).

Nos discursos dos nossos entrevistados percebemos que eles davam mais ênfase a relação entre pais e filhos como a mais determinante para que os pais envolvessem os filhos no processo do divórcio.

5.3.1 A vivência dos filhos no processo do divórcio

A *vivência dos filhos no processo do divórcio* é o último eixo que norteou a nossa reflexão. Ele é entendido como sendo a maneira dos filhos viverem o dia-a-dia desde a noticia do divórcio até a sua consumação. É neste eixo temático que procuramos entender como é que os filhos experiênciam o processo do divórcio.

Ao responderem a questão, acerca da vivência no processo do divórcio, os entrevistados mostram que no período do divórcio, a vivência entre os pais não era assim, harmoniosa, eles criavam formas de se distanciarem como ficar mais tempo fora de casa, rejeitavam as refeições, ficavam nos seus quartos de porta trancadas ou a cantar em voz alta. E ainda, outros ficavam em silêncio por um período de tempo extenso sem dirigir a palavra aos pais isto porque o ambiente familiar era caracterizado por tensões constantes.

“Eu quando via os meus pais a discutir, eu entrava no quarto e começava a cantar em voz alta, porque eu não queria ouvir a discussão deles (...)” (Marta).

Percebemos que eles usavam esses meios como um escudo para se defender das tensões frequentes e visíveis que ocorriam no seio familiar. Este aspecto conduz-nos a constatação feita por Liberman (1978: 81), segundo a qual, “os filhos colocados em situação de desagregação familiar vão desenvolver ao máximo com os seus próprios recursos, tanto afectivo como intelectual constituindo uma carapaça que os ponham ao abrigo dos problemas”.

Compreendemos que os meios usados pelos filhos eram para sinalizar aos pais que a sua vivência no processo do divórcio não era das melhores, e que essa vivência decorria do clima de tensão entre os pais. Desse modo, percebemos que os filhos, faziam o uso de diferentes formas de manifestação de mal-estar como: atitudes, palavras e silêncio como forma de expressarem o desconforto diante do clima de tensão e conflito sem que com isso tenha conseguido alterar este ambiente familiar²⁷. As tensões vivenciadas por eles no seio familiar se reflectiam em apatia, indiferença e silêncio.

²⁷ Neste ponto é importante salientar que nem todo o processo de divórcio produz um ambiente de conflito e de tensão provocados pelas desavenças paternas

VI. Considerações Finais

Diante das informações obtidas no grupo focal e partindo da *Sociologia compreensiva de Max Weber* (1974), podemos afirmar que, os filhos, ao participarem no processo do divórcio, têm em conta o comportamento e as expectativas dos pais. E os pais o fazem tendo em conta o comportamento e as expectativas dos filhos em relação a decisão de divorciar, assumindo assim, o carácter de *acção social*.

Desta forma, os pais ao informarem aos filhos do divórcio e das razões pelas quais tinham decidido pela separação, pois as suas vidas já não eram mais compatíveis em termos de afecto, carinho e amor; eles afectavam a sua própria conduta e a conduta dos filhos.

E os filhos, por sua vez, ao reagirem, procuravam, através de suas condutas, dar sentido às condutas dos pais e às suas próprias, diante de um contexto que por vezes era conflituoso e tenso.

Recorrendo ao conceito de *possibilidade objectiva*, proposto por Weber (1999: 82-5), podemos apreender quais foram os meios usados pelos pais e pelos filhos no processo do divórcio, para alcançar os seus objectivos.

Observamos que os filhos ao dirigir a sua conduta aos pais utilizavam meios para alcançar seu objectivos que era a de chamar atenção para o comportamento conflituoso dos pais. Assim, tem-se a recusa de passar às refeições em casa, o silêncio nos momentos que os pais lhes dirigiam a palavra, cantar nos momentos que os pais punham a discutir em frente deles, etc.

Já os pais orientaram a sua conduta, tendo em conta o comportamento dos filhos, onde eles procuraram os meios adequados, de lhes informar de que as suas vidas não

eram mais compatíveis em termos de afectos, carinho e amor. Os meios usados pelos pais para atingir esses fins foram o de influenciar os filhos a escolher um dos pais para ficar, independentemente das condições económicas.

Como afirma Weber (1993:24), os mentores da acção social têm razões válidas para adoptar uma conduta. Essas razões são os motivos de acção para os filhos, e os motivos de acção para os pais, significados através de brigas frequentes no seio familiar, a infidelidade, a relação de poder, desemprego e doença.

Compreendemos que as condutas dos filhos e dos pais no processo do divórcio foram orientadas segundo três tipologias de *acção social* que são: acção social racional em relação ao fim, acção social racional em relação ao valor e acção emotiva ou afectiva.

A conduta dos pais era racional em relação aos fins, porque os pais escolhiam os meios adequados aos seus fins, que era de pôr fim o casamento por divórcio. Assim, eles orientavam as suas condutas com o propósito de influenciar os filhos na escolha de um deles para viver depois do divórcio e de influenciar os filhos a aceitar o divórcio, mostrando que já não era mais possível uma vida em comum, pondo em curso as suas motivações com o propósito de alcançar o objectivo da separação legal.

É racional em relação ao valor, uma vez que os pais estavam conscientes do valor da liberdade e da felicidade. Isto é, de *libertação e da procura da felicidade* de não ficar um com o outro quando não há mais razão ou condição. As razões eram destacados como maus tratos, brigas frequentes, infidelidade conjugal, relação de poder, tipo de casamento, doença e desemprego.

A conduta dos filhos era *racional em relação aos fins*, porque eles escolhiam os meios adequados para chamar atenção às condutas dos pais no processo do divórcio como: não almoçar ou jantar com os pais, não dirigir palavra aos pais, ficar no quarto no momento das brigas.

Percebemos também que as condutas dos filhos eram orientadas *segundo valor e segundo a emoção*. Elas eram *racional segundo o valor* no momento em que os filhos defendiam que os pais deviam lhes respeitar não proferindo, por exemplos: agressões verbais um em direcção ao outro. Mas também eram *segundo a emoção* na medida em que os filhos orientavam a suas condutas manifestando pelo silencio, pelo distanciamento em relação ao ambiente domestico.

Nas informações obtidas podemos perceber a racionalidade subjacente às acções tanto dos filhos quanto dos pais aquando do lugar dos filhos no processo do divórcio.

O interesse dos pais de por fim o casamento, e de associá-lo a criação de projectos e planos sobre o destino e futuro dos filhos, permitiu com que os filhos, fossem envolvidos bem como permitiu lhes debater as ideias e sentimentos relacionados ao divorcio dos pais. Os filhos deviam possuir certos requisitos como possuir uma certa idade, maturidade e uma relação de amizade com os pais que permitissem aos pais explicar-lhes a cerca da situação conjugal. Em momentos havia a possibilidade de compartilhar as ideais, crenças, sentimentos no contexto familiar e a relação com os filhos orientavam as condutas. Como vimos, nem sempre o ambiente familiar era conflituoso e excludente.

Neste contexto, embora tenso, havia um "*lugar*" para os filhos, não que este lugar pudesse alterar a decisão parental. Assim, chegamos à constatação de que "o lugar dos filhos no processo do divórcio dos pais" depende da forma como os pais os envolvem, e muitas das vezes esta é condicionada, pela idade, pela maturidade, mas principalmente pela relação que se tinham antes ao divórcio.

E através das experiências vividas, apreendemos que os filhos no processo do divórcio, viviam momentos de grande tensão que eram caracterizados por brigas frequentes e visíveis entre os pais, onde eles reagiam, com várias condutas que pretendiam transmitir-lhes a insatisfação.

Por fim, as conclusões a que chegamos têm de ser encaradas como conclusões preliminares e que só dizem respeito a um determinado contexto social, a um tipo específico de estudantes universitários, com visões de mundo particulares. Estamos, deste modo, conscientes de que as opções metodológicas e as escolhas teóricas, adoptadas neste estudo acabaram por limitar o nosso olhar e análise, e exerceram alguma influência para as conclusões a que chegámos. Por isso este estudo não pode ser generalizado e só deve ser interpretado a partir do grupo estudado.

Assim sendo, neste trabalho, reconhecemos não termos esgotados a problemática que levantamos. Há questões que podem ainda ser colocadas e outras aqui salientadas que poderão ser aprofundadas. Contudo, esperamos ter dado um contributo ainda que modesto na compreensão do “lugar dos filhos no processo do divórcio”.

No intuito de compreender qual o lugar dos filhos no processo do divórcio percebemos que o lugar dos filhos depende da forma como os pais os envolvem, e muitas das vezes está condicionado pela relação existente entre pais e filhos antes do início do divórcio dos pais.

GITTINS, Diana. The Family in Question. Londres: McMillan, 1992.

LIBERMAN. A criança e o Divórcio. Porto: Reis, 1978.

LIMA, Augusto (coord.). Introdução à Sociologia. 3ª ed. Lisboa: Presença, 1992.

LOFORTE, Ana Maria et al. Família em Contexto de Mudança em Moçambique. Maputo: UEM, 1998.

LOPES, J. T. A Cidade e a Cultura: Estudo sobre as Práticas Culturais Urbanas. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Porto, 1998. Disponível em: «bocc.ubi.pt/pag/teixeira-joao-lopes-cidade-cultura.html» Acesso em: 19 Jul. 2007.

MABUNDA, J. O Crescimento de Casos de Divórcio na Cidade de Maputo. In: "Jornal O País", Edição nº 170, 3 de Março de 2005.

MACAMO, Elísio. A Leitura sociológica: um Manual Introdutório. Maputo: Livraria Universitária, 2000.

MAÚSSE. O anteprojecto da Lei da Família e os Impactos Culturais e Tradicionais. In: "Jornal Domingo", nº111, Maputo, 2003

MINAYO, Maria (org.). Pesquisa Social: Teoria, Métodos e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MITCHELL, G. Duncan. Novo Dicionário de Sociologia. Porto: Rés editora, 1979.

MURTEIRA. Metodologia de Investigação. Lisboa: Atlas, 1990.

PAIS, M. A construção Sociológica da Juventude – Alguns Contributos. In: "Análise Social", nº105-106. Lisboa: Universidade de Lisboa.

ROCHER, Guy. Sociologia Geral: Acção Social. Lisboa: Presença, 1989.

SARACENO, Chiara. Sociologia da Família. Lisboa: Estampa, 1997.

SENENGALÉN. Sociologia da Família. Lisboa: Terra Mar, 1999.

SHAPYRO, Henry. Homens, Cultura e Sociedade. 3ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1982.

TJCM. Relatório Sobre o Divórcio. 4ª secção. Maputo: TJCM, 1999-2005.

TRIVIÑOS. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: atlas, 1984.

WEBER, Max. Economia y Sociedad. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1999.

WELLESTEIN & KELLY et al. Second Chance: Man Women and Children a Decade After Divorce. New York: Basic Book, 1989.

Bibliografia

ABUDO, José. Divórcio e os Seus Efeitos. Maputo, 1989-90. Dissertação de Licenciatura na Faculdade de Direito, Universidade Eduardo Mondlane.

ABUDO, J. Direito da Família. Maputo: Mussa Bin Bique, 2000.

ANDREW, Â et al. Família Num Processo de Divórcio, Pai, Filhos e os Avôs. Porto: Universidade de Porto, 2000, tese de Mestrado, Disponível em «www.uratia.org/portuges/00poro84.htm». Acessado no dia 17 de Junho de 2007.

ANTUNES, Varela. Direito da Família. Coimbra: Almedina, 1985.

BOURGON, Odile et al. Du Divorce et Des Enfants. Paris: IND, 1985.

CARVALHO, G. Políticas Públicas de Juventude em Florianópolis. Dissertação de Mestrado, Universidade de Santa Catarina, 2002, Disponível em «www.sociologiadajuventude.hpg.lg.com.br.index.htm». Acessado no dia 25 de Junho de 2007.

CHIESA, Ana Maria et al. Princípios Gerais para Abordagem de Variáveis Qualitativa e o Emprego de Metodologia de Grupo Focais. Caderno de Sociologia. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1993.

COMISSÃO DE REFORMA LEGAL. Ante-projecto da lei da família. Maputo, Janeiro-Março, 2000.

DELGADO, Abel Pereira. Do divórcio e da separação judicial de pessoas e bens. Coimbra: Atlântida editora, 1971.

FAIRCHILD, W et al. Dicionário de Sociologia. Rio de Janeiro: Globo, 1964.

Anexo I

Guião de Grupo focal

Reflexão sobre o lugar dos filhos no processo do divórcio: estudo de caso na cidade de Maputo (2000-2005)

1. Perfil dos entrevistados

1.1. Sexo _____

1.2 Idade _____

1.3. curso _____

1.4 Nível académico _____

1.5. Religião _____

1.6. Estado civil _____

2. O processo do divórcio

2.1 Na vossa opinião o que é o divórcio?

2.2 O que acha do divórcio dos pais?

2.3 Para vocês quais são os factores que levam à ocorrência do divórcio?

3. O envolvimento dos filhos no processo do divórcio

3.1 quais são os factores que determinam o envolvimento dos filhos no processo do divórcio?

4. A vivência dos filhos no processo do divórcio

4.1 como vocês viveram o processo do divórcio?

4.2 para além dessas questões tem alguma coisa a dizer ou a colocar?

Anexo II

Termo de Livre Consentimento

Eu _____
(Nome completo)

Aceito participar voluntariamente na pesquisa subordinado ao tema reflexão sobre o lugar dos filhos no processo do divórcio: estudo de caso na cidade de Maputo (2000-2005), cujo objectivo é identificar qual é o lugar dos filhos no processo do divórcio.

Foi-me explicado que esta pesquisa é de autoria de Joaquim Miranda Maloa e enquadra-se no trabalho do fim do curso para obtenção do grau de licenciado em Sociologia. O benefício desta pesquisa relaciona-se com o facto de podermos perceber qual é o espaço reservado aos filhos no processo de divórcio de opinar, serem ouvidos e de participar.

De acordo com os esclarecimentos prestados, a minha participação na pesquisa, não é obrigatório. Onde responderei livremente as questões sobre o tema em questão. A minha participação na entrevista será de aproximadamente 90 minuto (1 hora e 30 minuto). Por isso tenho total liberdade para interromper a minha participação quando me convier sem risco, sanções ou qualquer outro tipo de prejuízo.

Maputo _____ de _____ de 2007

(inquirido)

Anexo III

Nomes fictícios de estudantes filhos de pais divorciados e cursos

Nomes	curso
Cármén	Geografia
Celina	Sociologia
Eddy	Sociologia
Marta	Geografia
Hilário	Geografia
Joana	Sociologia

Nomes fictícios de estudantes que não são filhos de pais divorciados e cursos

Nomes	curso
António	curso de Antropologia
Beto	Administração pública
Cardoso	Administração pública
Stélio	Antropologia
Júlia	Sociologia

Anexo IV

Trecho da sessão grupal referente ao segundo eixo (o processo do divórcio)

1. Na vossa opinião o que é o divórcio?

António: “ O divórcio é um meio pelo qual os casais põem fim à um casamento registado na conservatória”.

Júlia: “ O divórcio é a dissolução do casamento que permite os casais ter uma liberdade das infelicidades, maus tratos que existiam no seu casamento”.

Hilário: “Eu acho que é-a separação de um casal que tinha contraído um casamento oficial, aquele que é registado na conservatória”.

Celina: “ Talvez, o divórcio podemos analisar em duas vertentes, o divórcio que consiste na dissolução de um casamento civil e o divórcio que ocorre quando as pessoas viviam juntas longo período de tempo sem fazer o registo, mas quando querem separar recorrem ao tribunal”.

Beto: “Na minha percepção, acho que o divórcio é a dissolução dos cônjuges que estavam unidos por um contrato matrimonial”.

Stélio: “Só a palavra divórcio em si, já se sabe que é a separação de qualquer laço matrimonial ou pode ser de uma amizade com alguém”.

2. O que acha do divórcio dos pais?

Hilário: "Eu concordo que os meus pais se divorciem, uma vez que eles estão juntos, lutaram, não houve solução e não está a dar certo. E nós os filhos não podemos ser egoístas, dizer que o papá não pode divorciar porque eu não quero ficar sem pai ou mãe".

Marta: "Eu falei daquilo que eu senti, meus pais divorciaram, mas eu não queria estar sem eles. Como filha, eu sinto que falta meu pai em casa, vale mais casar do que divorciar, tem que haver uma maneira de se entender pelos filhos. Eu não concordo com o divórcio, porque o divórcio separa os filhos dos pais".

Stélio: "Eu também queria dizer que é necessário o divórcio, é melhor as pessoas viverem divorciadas, mas tratem bem os filhos".

Cármem: "E assim, quando a minha mãe contava a versão dela, nós não queríamos que ela se divorciasse, como ela contava que era um inferno que estava a viver. Mas em alguns casos, é melhor não aceitar o divórcio e viver com pais divorciados".

3. Para vocês, quais são os factores que levam a ocorrência do divórcio?

Eddy: "Para mim, vejo as causas do divórcio como sendo a relação de poder. Muitas das vezes, quando as pessoas casam, há quem é dominante e dominado, neste caso, muitas das vezes, têm sido os homens que são dominantes e as mulheres dominadas. Mas com o andar do tempo foram ganhando autonomia, através da educação que lhes permitiu ter um nível próximo ou superior ao do homem, que lhes permite ter um tratamento igualitário. Esse tratamento igualitário leva ao divórcio".

António: "De certa maneira, abordou o que eu queria abordar, a relação de género. Face a redundância, para além existe uma conjuntura jurídica para o divórcio. Hoje em dia por exemplo, a parte das leis que eles fazem e que pertence a todos, as pessoas casam para ter uma hegemonia sobre a mulher".

Beto: "O desemprego e a doença são alguns dos factores que levam a ocorrência do divórcio. Isto acontece quando as pessoas pensam que o marido ou a mulher não vai ficar doente ou perder o emprego. Quando isto acontece os casais ficam decepcionados e recorrem ao divórcio como forma de livrar-se da pessoa".

Cardoso: "A infidelidade é um dos factores que leva a ocorrência do divórcio, isto acontece quando o esposo ou o marido, normalmente, tem relações sexuais fora do casamento".

Marta: "A infidelidade no casamento só tem sido, quando um dos cônjuges descobre que o seu parceiro está a ter relações sexuais fora do casamento, aí sim, ela se torna um dos factores do divórcio".

Celina: "sabes a questão da fidelidade é a chave do sucesso do casamento, quando os dois são infiel, aí não resta dúvida que o corre o divórcio".

Stélio: "entretanto reconheço que a fidelidade é que mantém uma relação muito forte entre os cônjuges. Em Moçambique é bastante pronunciado a infidelidade, porque são dados a responsabilidades as pessoas infiel de transmissão de doença sexualmente transmissíveis".

Hilário: "sou de opinião que a infidelidade exerce a função de por fim o casamento porque a partir de varias constatações dos colegas, é possível verificar as suas opiniões".